



Fecomércio - 04/09/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

Em Natal, shoppings e lojas iniciam 'Semana Brasil' com descontos de até 70% 6
Noticias - 03/09/2020**Versátil News | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio, IBGE: covid-19 afetou negativamente 37,5% das empresas em julho 9
Noticias - 03/09/2020**Portal Mercado Aberto | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Galeria Sesc Cidade Alta reabre com exposição em formato virtual e gratuito 12
Noticias - 03/09/2020**Blog do FM | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Curso online de mídias para candidatos eleitorais aprenderem a falar na TV, rádio e nas redes sociais será realizado na próxima semana 14
Noticias - 03/09/2020**Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Galeria Sesc Cidade Alta reabre com exposição em formato virtual e gratuito 15
Noticias - 03/09/2020**Hilneth Correia | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

SHRBS-RN E REPRESENTANTES DO TRADE DEBATEM AÇÕES PARA O TURISMO JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL 16
Noticias - 03/09/2020**Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Endividamento e inadimplência crescem no país em agosto, diz CNC 17
Noticias - 03/09/2020**Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Endividamento e inadimplência crescem no país, diz CNC 18
Noticias - 03/09/2020**Versátil News | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Fecomércio: CNC defende que reforma administrativa seja realizada antes da tributária 19
Noticias - 03/09/2020**Mossoró Hoje | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro envia ao Congresso PEC da reforma administrativa 21

Noticias - 03/09/2020

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

RN deve ter aumento de produtividade com mudança no mercado de petróleo 23

Noticias - 03/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Reforma administrativa acaba com a estabilidade de parte dos servidores 25

Noticias - 03/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Embraer anuncia demissão de 900 empregados no Brasil 27

Noticias - 03/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

INSS confirma benefício dos que tiveram antecipação do auxílio-doença 29

Noticias - 03/09/2020

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo endurece regras para ter direito às 4 parcelas do auxílio emergencial; veja se você tem direito 30

Noticias - 03/09/2020

Salomão Medeiros | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Proposta de reforma administrativa prevê criação de novos vínculos 32

Noticias - 03/09/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Proposta de reforma administrativa prevê criação de novos vínculos 35

Noticias - 03/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar fecha no menor nível em um mês em dia de reforma administrativa 37

Noticias - 03/09/2020

Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Senadores criticam aumento de R\$ 22 e cobram valorização do salário mínimo 38

Noticias - 03/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Embraer anuncia demissão de 900 empregados no Brasil 41

Noticias - 03/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Proposta prevê fim de penduricalhos

Noticias - 04/09/2020

43

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Promotores, parlamentares e juízes foram poupados

Noticias - 04/09/2020

44

Blog - Thaisa Galvão - RN | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Reforma administrativa não deverá atingir juízes, procuradores, desembargadores, promotores, deputados, senadores e militares

Noticias - 04/09/2020

45

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Walter Alves diz ao presidente nacional do MDB que não vai disputar a Prefeitura de Natal e abandonar seus aliados do interior

Noticias - 04/09/2020

47

Em Natal, shoppings e lojas iniciam 'Semana Brasil' com descontos de até 70%



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Nesta quinta-feira (3), começa a segunda edição da 'Semana Brasil', evento criado pela Secretaria de Comunicação (Secom) e o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), para aquecer o comércio no País e, em especial, o e-commerce. A ação, também conhecida como Black Friday Brasileira, reúne lojas de diferentes setores, como alimentação, eletrônicos e eletrodomésticos, que se propõem a oferecer descontos aos consumidores e vai do dia 3 ao dia 13 de setembro. Em Natal, vários shoppings e grandes magazines aderiram à campanha e lançam promoções de até 70%.

Varejistas nacionais, como Magazine Luiza (MGLU3), ofertará produtos com até 70% de desconto e frete grátis. Já no Extra, rede de supermercados que pertence à Via Varejo (VVAR3), os descontos são de 40% utilizando o cupom BRASIL.

Dentro da campanha, o Natal Shopping inicia sua 'Sale Week', primeira ação promocional desde a sua reabertura há cerca de um mês, com descontos de até

70%. Além da compra presencial, o cliente também pode realizar suas compras online: via WhatsApp e loja virtual, e agendar sua entrega pelo drive-thru ou pelo Retire Aqui - armários inteligentes montados no estacionamento. Para isso, basta usar o QR Code disponibilizado pela loja para a abertura do armário e retirada do produto, sem qualquer contato físico.

Alguns descontos estarão disponíveis exclusivamente por meio do aplicativo do Natal Shopping: o cliente deve acessar o Clube Desconterias, escolher os cupons de descontos que deseja e agendar o dia de recebimento do produto. Nesse caso, a retirada será apenas por meio dos armários inteligentes.

Para Felipe Furtado, superintendente do Natal Shopping, a campanha promocional Sale Week é uma oportunidade para estimular as vendas dos lojistas, desta vez, de uma maneira mais digital. 'Estamos contando com a força do grupo Ancar Ivanhoe com as soluções de multicanalidade desenvolvidas durante a pandemia para levar a experiência do shopping além de seus limites, potencializando as vendas dos lojistas e oferecendo descontos ainda mais agressivos para nossos clientes. Todo mundo sai ganhando', reforçou.

O Shopping Cidade Jardim também confirmou que, no mesmo período, fará promoções com desconto de até 50%. Ronaldo Fernandes, consultor de negócios do Shopping Cidade Jardim, afirmou que a expectativa é muito positiva para o evento. 'Estamos otimistas com a retomada do comércio, pois desde que reabrimos, temos visto um fluxo gradual e respeitoso no mall. A Semana do Brasil vem como um alívio para o consumidor, que também foi afetado pela pandemia em seus próprios negócios, e uma excelente oportunidade para os lojistas aumentarem o percentual de vendas frente aos últimos meses', disse ele.

No Partage Norte Shopping, roupas, perfumes, calçados, acessórios e até um menu especial dos

restaurantes terão descontos de até 60%. Prontos para receber os clientes, com todas as recomendações de segurança e saúde, os lojistas esperam um aumento expressivo nas vendas e as expectativas têm embasamento. Em 2019, de acordo com a Cielo, as vendas do varejo cresceram mais de 11%, durante os dias da Semana Brasil, em comparação com o mesmo intervalo de 2018, quando a ação promocional ainda não existia.

'Temos nos preocupado em manter os protocolos de segurança, para que seja possível receber bem, todos os nossos clientes, durante a campanha. Nossos lojistas se prepararam para a Semana Brasil e estão ofertando descontos realmente atrativos. Estamos com altas expectativas para a liquidação', destaca Charles Santiago, Superintendente do Partage Norte Shopping Natal.

O Praia Shopping, que também participa da ação, oferecerá um leque de opções bem variado de produtos e serviços em suas lojas participantes, com promoções e estacionamento grátis para compras acima de R\$100,00.

'É uma oportunidade única para quem está se recuperando da crise, tanto para o público consumidor conseguir comprar o que precisa, quanto para os comerciantes poderem aumentar as vendas nesse momento. Estamos muito otimistas quanto a isso', explica Danielle Leal, gerente geral do Praia. Para evitar aglomerações, o shopping vai oferecer o serviço de Delivery, Drive Thru e retirada presencial na loja.

Cuidado e confiança

A edição de 2020 adotou o slogan 'Vamos em frente, com cuidado e confiança', e foi pensada para ser o primeiro grande evento do varejo no país após a reabertura gradual do comércio. 'Faremos tudo isso com respeito às normas de segurança sanitária, com empresários e consumidores cientes da importância da manutenção e do fomento das relações comerciais, bem como do cuidado com a saúde do próximo', afirma Fábio Wajngarten, secretário-executivo do Ministério das

Comunicações.

Marcos Gouvêa de Souza, conselheiro do IDV, destacou as particularidades do evento deste ano, que enfrenta desafios adicionais com a crise econômica e o alto desemprego causado pela pandemia de coronavírus.

'Estamos mobilizando todo o varejo para buscar as melhores formas de viabilizar as ações promocionais. Esta é uma ação totalmente suprapartidária, que trará benefícios para a economia do país como um todo', afirma Gouvêa.

A expectativa do governo, segundo a Secom, é de que o evento em 2020 traga resultados ainda melhores para a economia do que a primeira edição. 'A Semana em 2020 vai se tornar o ponto de partida de um novo tempo para o comércio, tempo de normalização da relação econômica entre pessoas e empresas', disse o secretário-executivo Wajngarten.

Para o presidente da Fecomércio RN, **Marcelo Queiroz**, o período de vendas irá movimentar o comércio potiguar e gerar um cenário positivo e animador para o último trimestre de 2020. 'Essa é uma oportunidade que os empresários têm que agarrar para reforçar a recuperação dos prejuízos causados pela paralisação dos negócios que, no caso do nosso estado foi de mais de 100 dias.

Estamos em plena retomada da economia potiguar e essa é uma alternativa criada para movimentar a economia, oferecendo facilidades que tendem a estimular os consumidores a irem às compras, fazendo a economia voltar a girar', afirmou Queiroz.

Os empresários que desejarem aderir a Semana Brasil, podem acessar o site da Fecomércio RN (fecomerciorn.com.br), e ter acesso a diversas peças publicitárias pré-elaboradas, sem nenhum custo, para as plataformas de rádio, TV e internet. Dessa forma, o consumidor irá identificar quais lojas estão participando do período promocional.

Tribuna do Norte

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO
QUEIROZ

Fecomércio, IBGE: covid-19 afetou negativamente 37,5% das empresas em julho em julho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

A crise do novo coronavírus provocou impacto negativo nas atividades de 37,5% das três milhões de empresas não financeiras em funcionamento no país na segunda quinzena de julho, na comparação com a primeira quinzena. Ao mesmo tempo, para 36,3% o impacto foi pequeno ou inexistente. Já as que tiveram efeito positivo foram 26,1%.

Com os resultados, na maioria das atividades a percepção, quanto a impactos pequenos ou inexistentes, somada com a de efeitos positivos, é maior que a registrada em efeitos negativos.

Foi o que apontou a quarta rodada da Pesquisa Pulso Empresa: impacto da Covid19 nas empresas, divulgada hoje (2), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro.

As empresas do setor de Serviços foram as que mais sentiram impactos negativos (42,9%), em particular o

segmento de Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares (53,8%). No item Comércio, 36,5% das empresas indicaram efeitos pequenos ou inexistentes, e na Construção, 55,4%. Na indústria, 35,8% tiveram impacto pequeno ou inexistente, enquanto em 33,6% houve efeito positivo e para 30,6%, negativo.

Apesar da continuidade dos efeitos negativos, os percentuais foram caindo ao longo do tempo. Segundo o coordenador de Pesquisas Conjunturais em Empresas do IBGE, Flávio Magheli, na segunda quinzena de junho a incidência de efeitos negativos era percebida por 62,4% das empresas.

Já na primeira quinzena de julho os reflexos atingiram 44,8%, caindo para 37,5% nos 15 dias seguintes. Para ele, isso já era esperado, porque na medida em que aumenta o processo de flexibilização, as companhias passam a ter mais receitas.

Segundo a pesquisa, a percepção de impacto negativo é maior entre as empresas de grande porte, acima de 500 funcionários (37,8%), percentual próximo ao universo de pequeno porte, com até 49 funcionários (37,6%). No entanto, na análise das que mais perceberam impactos pequenos ou inexistentes, boa parte é também de empresas de grande porte (41,25%).

Atividades

Para Magheli, o setor de Serviços continua sendo o mais impactado negativamente. Os efeitos da pandemia foram sentidos em 42,9% de 1,3 milhão de empresas de serviços, em particular, os profissionais, administrativos e complementares (53,8%). Os prestados às famílias alcançaram 48%.

Os destaques foram para o comércio de veículos, peças e motocicletas (38,3%), e o varejista (37,8%). Ainda nos Serviços, os índices dos impactos pequenos ou

inexistentes ficaram em 33,6% e de 23,5% nos efeitos positivos.

Negativo e positivo

No setor industrial, entre as 334 mil empresas (30,6%) relataram impacto negativo, mas para 35,8%, o efeito foi pequeno ou inexistente, enquanto 33,6% disseram que o impacto nessa quinzena foi positivo. O coordenador do estudo observou uma melhora de percepção e maior incidência de efeitos positivos e pequenos ou inexistentes nos segmentos de Serviços prestados às famílias, outros serviços e atividades do comércio.

A Construção registrou avanço de 26,7% na primeira quinzena de junho, indo para 55,4% nos últimos 15 dias de julho, quanto aos efeitos pequenos ou inexistentes. No comércio, os impactos são pequenos ou inexistentes para 36,5% das empresas e positivos para 27,4%.

Situação por regiões

Entre as grandes regiões brasileiras, a Norte teve o maior percentual (41,1%) de empresas que perceberam impactos positivos, enquanto a Sul (36,7%) e a Sudeste (33,3%) permaneceram com a evolução de menor incidência de efeitos negativos.

As taxas nas quinzenas anteriores tinham sido acima de 40%. A região Nordeste, no entanto, foi onde as empresas se sentiram mais atingidas pela crise do novo coronavírus (49,6%), seguida da Centro-Oeste (44,75%).

Vendas

A impressão de redução nas vendas foi notada em 34,4% das empresas em atividade, o que significa uma melhora em relação à quinzena anterior (46,8%). As companhias de pequeno porte foram as que mais sentiram (34,4%), seguidas das intermediárias (33%) e das de grande porte (26,4%).

O impacto foi pequeno ou inexistente para 37,1% das empresas e de 46,6% das companhias menos atingidas que foram as de grande porte. Para 28,4% das

empresas, houve aumento de vendas na segunda quinzena de julho.

Entre os setores, a percepção de redução nas vendas do comércio ficou em 29,5%, de 38,6% nas empresas de serviços, 30,7% na indústria e 43,6% na construção. A pesquisa apontou ainda que a maior incidência de efeitos pequenos ou inexistentes foi nos segmentos de indústria (35,6%), comércio (37,1%) e serviços (38,4%).

Fabricação

As empresas, em sua maioria (55%), revelaram que não houve impacto da covid-19 sobre a fabricação de produtos ou sobre a capacidade de atendimento aos clientes. Nas empresas de grande porte o percentual atinge 61,8% e 57,4% entre as de porte intermediário. Apesar disso, 33,1% das companhias ainda relataram dificuldades, e 11,6% acusaram facilidades.

Pagamentos

A pesquisa indicou também que a percepção de dificuldades na capacidade de realizar pagamentos de rotina recuou. Passou de 47,3% na primeira quinzena de julho para 38,9%, nos 15 dias seguintes. Ainda assim, são 49,7% as empresas que apontaram não ter notado alteração significativa, algo mais alto ainda (69,9%) entre as empresas de grande porte e entre as de porte intermediário (60,9%).

Os destaques entre as atividades são as empresas da construção (67,5%) e da indústria (55,5%), que também não perceberam alteração significativa. Para o coordenador do levantamento, a sinalização de melhora das receitas permite a realização dos pagamentos de rotina.

Empregos

Em cada dez empresas, mais de oito não notaram mudança no quadro de funcionários ao final da segunda quinzena de julho em relação aos 15 dias anteriores, o que representa quase 2,5 milhões de empresas ou 84,6% delas. Entre as companhias, 7,9% ou 242 mil

reduziram o número de funcionários.

Cerca de 93% das empresas continuam realizando campanhas de informação e prevenção e de adoção de medidas extras de higiene como sendo a principal iniciativa entre as ações para enfrentar a pandemia.

O trabalho remoto dos trabalhadores foi adotado por 34,9% das companhias; a antecipação de férias dos funcionários foi a escolha de 20,3% das empresas; o adiamento de pagamento de impostos atingiu 30,5% delas; o método de entrega de produtos ou serviços, incluindo a mudança para serviços online, foi alterado por 29,1%; e linha de crédito emergencial significou a saída para 11,4% das empresas.

Pesquisa

Nessa quarta rodada da pesquisa foram entrevistadas 2.138 empresas, sendo 45,1% das respostas obtidas em empresas pequenas, 37% nas intermediárias e 18% nas grandes.

A pesquisa faz parte das Estatísticas Experimentais do IBGE e, segundo Flávio Magheli, ela é um trabalho adicional que visa ajudar no entendimento dos impactos dos efeitos da pandemia.

A operação é de natureza experimental, o que significa que o trabalho ainda está em fase de testes e sob avaliação. 'Portanto, os seus resultados devem ser utilizados com cautela', finalizou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
FECOMÉRCIO RN

Galeria Sesc Cidade Alta reabre com exposição em formato virtual e gratuito



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A galeria de exposições artísticas do Serviço Social do Comércio do RN (**Sesc RN**), entidade do Sistema Fecomércio, reabrirá em um novo formato, a partir desta quinta-feira, 3, com o trabalho "Nação Zambêracatu", do artista Pedro Feitoza. Até o fim do ano, outras mostras estarão à disposição do público, com acesso virtual e gratuito, na sessão de cultura do site sescrn.com.br.

O novo modelo funcionará com o auxílio da tecnologia, permitindo ao visitante um tour virtual, que pode contar com o acompanhamento dos mediadores em salas de reunião remotas. O trabalho de mediação é um dos diferenciais da galeria que permanece mesmo durante a pandemia. Para isso, a equipe do Sesc providenciou um espaço especial no site da instituição e a produção de conteúdos exclusivos, que permitem uma experiência diferente aos visitantes, entre eles, vídeo de arte educação. Além disso, a entidade será responsável por viabilizar o cachê dos artistas e materiais necessários para a montagem das exposições.

A exposição Nação Zambêracatu foi selecionada no

editais da Galeria Sesc 2020 e permanece no espaço virtual até 21 de outubro, reunindo fotografias produzidas entre 2017 e 2020, de diversas apresentações públicas do grupo de mesmo nome. Ela se utiliza de imagens em cor e preto e branco produzidas nas três principais apresentações anuais; Batuque para a Rainha do Mar, Cortejo Abrindo Caminhos e Coroação da Rainha

A partir do dia 22, será a vez do trabalho da artista Thayná Almeida, com as "Frases de Busão", que transformou em arte suas observações dentro do transporte público e ainda faz a reflexão sobre os aspectos sociais e como a mulher é retratada nestes ambientes.

"A galeria do Sesc Cidade Alta é uma das principais ferramentas de promoção à cultura da sociedade potiguar. Criada em 2015, já selecionamos e expomos mais de 30 projetos, atingindo quase 18 mil pessoas de maneira sistemática. Em 2020 apresentamos uma nova proposta com exposições virtuais para superar este momento de pandemia que exige o distanciamento social", comenta Fernando Virgílio, diretor regional do **Sesc RN**.

Serviço:

O que? Galeria Sesc Virtual

Exposição? "Nação Zambêracatu", do artista Pedro Feitoza

Quando? De 3 de setembro a 21 de outubro

Onde? sescrn.com.br

Visita virtual com mediador? Agendamento no telefone (84) 3133-0260 ou no e-mail: cultura@rn.sesc.com.br

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -

FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Curso online de mídias para candidatos eleitorais aprenderem a falar na TV, rádio e nas redes sociais será realizado na próxima semana



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Um workshop online que vai orientar, inspirar e ajudar o candidato ou assessor no desenvolvimento da comunicação oral e digital através dos veículos de imprensa e das suas redes sociais. Em tempos de pandemia, a G7 Comunicação e a plataforma Papo de Mídias anunciam a realização do novo curso Mídia Training Eleitoral. Os jornalistas Gustavo Farache e Erika Zuza resolveram transformar o curso presencial em uma versão virtual, o que já foi aprovado por turmas anteriores no mês de junho. Com duração de três horas diárias, o curso será realizado nos dias 09 e 11 de setembro, das 19h às 22h, através da plataforma Zoom, com aulas gravadas. As inscrições podem ser feitas através do link https://www.sympla.com.br/midia-training-eleitoral__939214

O curso tem uma metodologia focada nas orientações de como se sair bem numa entrevista de TV e Rádio, além das lives e vídeos gravados para as redes sociais. Os participantes também receberão um material exclusivo com orientações, além da turma ter número limitado de participantes para maior interação.

O curso será ministrado por Gustavo Farache e Erika Zuza, jornalistas com longa experiência de trabalho na área da comunicação, telejornalismo, assessoria de imprensa e internet. O investimento poderá ser dividido em até 12 vezes. Para tirar dúvidas, entre em contato através do whatsapp: (84) 99983-0905 / 98832 3964.

Mais informações:

O Workshop Mídia Training Eleitoral é um formato do curso Mídia Training, uma parceria dos jornalistas Erika Zuza (Papo de Mídias) e Gustavo Farache (G7 Comunicação) que há 8 anos ministram cursos de treinamento de mídia no RN, já tendo orientado gestores e profissionais de diversas instituições como o SEBRAE RN, **FECOMÉRCIO RN**, CAERN, Marinha do Brasil, Defensoria Pública do Estado, Associação dos Magistrados do RN, entre outras.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Galeria Sesc Cidade Alta reabre com exposição em formato virtual e gratuito



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

A galeria de exposições artísticas do Serviço Social do Comércio do RN (**Sesc RN**), entidade do Sistema Fecomércio, reabrirá em um novo formato, a partir desta quinta-feira, 3, com o trabalho 'Nação Zambêracatu', do artista Pedro Feitoza. Até o fim do ano, outras mostras estarão à disposição do público, com acesso virtual e gratuito, na sessão de cultura do site sescrn.com.br.

O novo modelo funcionará com o auxílio da tecnologia, permitindo ao visitante um tour virtual, que pode contar com o acompanhamento dos mediadores em salas de reunião remotas. O trabalho de mediação é um dos diferenciais da galeria que permanece mesmo durante a pandemia. Para isso, a equipe do Sesc providenciou um espaço especial no site da instituição e a produção de conteúdos exclusivos, que permitem uma experiência diferente aos visitantes, entre eles, vídeo de arte educação. Além disso, a entidade será responsável por viabilizar o cachê dos artistas e materiais necessários para a montagem das exposições.

A exposição Nação Zambêracatu foi selecionada no edital da Galeria Sesc 2020 e permanece no espaço virtual até 21 de outubro, reunindo fotografias produzidas entre 2017 e 2020, de diversas apresentações públicas do grupo de mesmo nome. Ela se utiliza de imagens em cor e preto e branco produzidas nas três principais apresentações anuais; Batuque para a Rainha do Mar, Cortejo Abrindo Caminhos e Coroação da Rainha

A partir do dia 22, será a vez do trabalho da artista Thayná Almeida, com as 'Frases de Busão', que transformou em arte suas observações dentro do transporte público e ainda faz a reflexão sobre os aspectos sociais e como a mulher é retratada nestes ambientes.

'A galeria do Sesc Cidade Alta é uma das principais ferramentas de promoção à cultura da sociedade potiguar. Criada em 2015, já selecionamos e expomos mais de 30 projetos, atingindo quase 18 mil pessoas de maneira sistemática. Em 2020 apresentamos uma nova proposta com exposições virtuais para superar este momento de pandemia que exige o distanciamento social', comenta Fernando Virgílio, diretor regional do **Sesc RN**.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

SHRBS-RN E REPRESENTANTES DO TRADE DEBATEM AÇÕES PARA O TURISMO JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

Com objetivo de apresentar o momento vivido pelo turismo em Natal e buscar ações para recuperação do segmento, o presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Rio Grande do Norte (SHRBS-RN), Habib Chalita, junto com representantes do trade turístico se reuniram com o presidente da Câmara Municipal de Natal, vereador Paulinho Freire.

Durante o encontro, Habib Chalita destacou a importância de investimentos na divulgação do destino Natal como forma de reerguer a atividade turística na capital, principalmente neste período de pandemia vivenciado nos últimos meses.

Para ele, a participação do poder público junto à iniciativa privada é fundamental para que sejam desenvolvidos projetos viáveis e que tragam benefícios aqueles que atuam e têm sua fonte de renda no turismo.

A reunião também teve a presença do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no RN, José Odécio, do membro da Câmara Empresarial do Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado (Fecomercio) do RN, George Costa, e do presidente do Natal Convention Bureau, George Gosson.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Endividamento e inadimplência crescem no país em agosto, diz CNC



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O percentual de famílias endividadadas (com atraso ou não) e inadimplentes (com contas em atraso) aumentou em agosto deste ano. O endividamento atingiu 67,5% das famílias brasileiras, de acordo com dados divulgados hoje (3) pela **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**), acima dos 67,4% de julho deste ano e dos 64,8% de agosto do ano passado.

Já a inadimplência chegou a 26,7% das famílias em agosto, percentual superior aos 26,3% de julho deste ano e aos 24,3% de agosto do ano passado.

As famílias que não terão condições de pagar suas contas chegou a 12,1% acima de julho (12%) e de agosto do ano passado (9,5%).

Segundo o presidente da **CNC**, José Roberto Tadros, as famílias com maior renda têm aumentado a poupança em detrimento do consumo, principalmente de serviços, mas as famílias com renda mais baixa têm tido mais necessidade de crédito.

De acordo com a **CNC**, embora estejam mais

endividadadas, as famílias reduziram a parcela média da renda comprometida com dívidas em agosto. Entre as famílias endividadadas, 21,4% afirmaram ter mais da metade da renda mensal comprometida com o pagamento destas dívidas, a terceira queda consecutiva depois de ter atingido 22,4% em abril.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Endividamento e inadimplência crescem no país, diz CNC



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

O percentual de famílias endividadas (com atraso ou não) e inadimplentes (com contas em atraso) aumentou em agosto deste ano. O endividamento atingiu 67,5% das famílias brasileiras, de acordo com dados divulgados hoje (3) pela **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**), acima dos 67,4% de julho deste ano e dos 64,8% de agosto do ano passado.

Já a inadimplência chegou a 26,7% das famílias em agosto, percentual superior aos 26,3% de julho deste ano e aos 24,3% de agosto do ano passado.

As famílias que não terão condições de pagar suas contas chegou a 12,1% acima de julho (12%) e de agosto do ano passado (9,5%).

Segundo o presidente da **CNC**, José Roberto Tadros, as famílias com maior renda têm aumentado a poupança em detrimento do consumo, principalmente de serviços, mas as famílias com renda mais baixa têm tido mais necessidade de crédito.

De acordo com a **CNC**, embora estejam mais endividadas, as famílias reduziram a parcela média da renda comprometida com dívidas em agosto. Entre as famílias endividadas, 21,4% afirmaram ter mais da metade da renda mensal comprometida com o pagamento destas dívidas, a terceira queda consecutiva depois de ter atingido 22,4% em abril.

O post Endividamento e inadimplência crescem no país, diz **CNC** apareceu primeiro em Gláucia Lima.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Fecomércio: CNC defende que reforma administrativa seja realizada antes da tributária



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Confederação cria grupo de trabalho para contribuir com as discussões e calcula que reestruturação do Estado pode gerar economia de mais de R\$ 700 bilhões em 15 anos

A **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**) entende que um sistema tributário mais simples e justo é fundamental para levar a economia a um ciclo de investimento e crescimento sustentável. Por isso, criou um grupo de trabalho (GT), liderado pelo seu presidente, José Roberto Tadros, para analisar os projetos de reforma tributária apresentados pelo Governo e pelo Legislativo que estão em discussão no Congresso. Composto por diretores da entidade e por técnicos com amplo conhecimento do assunto, o GT tem como objetivo formular propostas para dar sequência às reformas estruturais necessárias para a retomada da economia do País.

Na visão da **CNC**, contudo, é essencial que haja um

ambiente de segurança e certeza para que a reforma avance. Nesse cenário, a Confederação defende que qualquer reforma tributária deve ser precedida de uma reforma administrativa bem estruturada. 'É mais urgente redimensionar o tamanho do Estado antes de se falar em novas regras no sistema tributário', afirma Tadros. 'Sem essa readequação administrativa, qualquer alteração que se pretenda implementar trará, necessariamente, uma elevação da carga tributária, o que prejudicará ainda mais o desenvolvimento das atividades econômicas em nosso País, já tão impactadas pela pandemia.'

Segundo cálculos da **CNC**, a carga tributária no Brasil em 2019 foi de 35% do Produto Interno Bruto (PIB) e R\$ 2,5 trilhões foram pagos em impostos federais, estaduais e municipais - quase R\$ 200 bilhões a mais que em 2018. A reforma administrativa, defende a Confederação, pode reduzir esse percentual para 25%, resultando em uma redução de cerca de R\$ 730 bilhões nas despesas com a máquina do Estado, em 15 anos.

Pandemia de covid-19

O momento atual, em meio à pandemia do novo coronavírus, também é apontado pela **CNC** como um entrave importante nas discussões em torno de qualquer tipo de reforma tributária. O presidente da Confederação reforça que, na conjuntura atual, não é possível tratar o tema de forma apropriada. 'Deveríamos estar focados em garantir a sobrevivência empresarial durante essa crise econômica sem precedentes, quando sequer temos conhecimento da dimensão dos impactos econômicos futuros que serão gerados em razão da crise sanitária', diz o presidente da **CNC**.

O vice-presidente Financeiro da Confederação, Leandro Domingos, corrobora a opinião de Tadros e reforça que este não é o cenário adequado para a reforma tributária: 'Não é prudente realizá-la às pressas, no momento em que empresas estão em dificuldades e o Congresso

atuando a distância. O governo precisa preocupar-se com a sobrevivência das empresas, que serão as responsáveis pela geração da renda e dos empregos'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Bolsonaro envia ao Congresso PEC da reforma administrativa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo oficializou nesta quinta-feira (3) o envio da reforma administrativa para o Congresso. O texto propõe uma série de mudanças nas regras do funcionalismo público. Entre elas, está o fim da aposentadoria compulsória de servidores como modalidade de punição.

Atualmente, algumas categorias de servidores públicos aplicam como sanção a profissionais que tenham cometido alguma irregularidade a aposentadoria compulsória.

Nesse caso, a pessoa punida deixa de trabalhar, mas mantém o **salário**. Com a reforma, isso não vai mais acontecer.

Outras mudanças apresentadas pelo governo são a vedação de promoções ou progressões na carreira exclusivamente por tempo de serviço e a proibição de mais de 30 dias de férias por ano.

A reforma administrativa ainda precisa ser analisada e aprovada pela Câmara e pelo Senado para virar lei. Por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição

(PEC), precisa ser aprovada por 2/3 de cada Casa em dois turnos de votação.

O texto enviado pelo governo modifica somente as regras para os futuros servidores do poder Executivo federal. Não afeta os atuais servidores nem os profissionais do Legislativo e Judiciário. Os outros poderes terão que elaborar textos próprios se quiserem alterar suas regras.

O argumento do governo é que a reforma administrativa, considerada uma das principais medidas no ciclo reformista, vai aperfeiçoar o funcionamento da máquina pública por meio da contenção de gastos e do aumento da eficiência.

Segundo a secretaria-geral da Presidência da República, a proposta também sugere:

Exigência de dois anos em vínculo de experiência com desempenho satisfatório antes de estar investido em cargo público e começar o estágio probatório de um ano para os cargos típicos de Estado;

Exigência de classificação final dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público, entre os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência;

Mais limitações ao exercício de outras atividades para ocupantes de cargos típicos de Estado e menos limitações para os servidores em geral;

Vedação de mais de trinta dias de férias por ano;

Vedação de redução de jornada sem redução da remuneração;

Vedação de promoções ou progressões exclusivamente por tempo de serviço;

Banimento de parcelas indenizatórias sem a caracterização de despesas diretamente decorrente do

desempenho da atividade;

Vedação da incorporação de cargos em comissão ou funções de confiança à remuneração permanente;

Vedação da aposentadoria compulsória como modalidade de punição;

Anúncio.

Bolsonaro antecipou o anúncio na terça (1º), após reunião, no Palácio do Planalto, com ministros e líderes do Congresso.

Na terça, tanto o presidente quanto os parlamentares presentes destacaram que as decisões do governo e do Congresso vão respeitar a responsabilidade fiscal.

Na ocasião, o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), falou em compromisso para manter o teto de gastos.

Bolsonaro frisou que a proposta do governo não afetará os atuais servidores públicos, apenas aqueles que entrarem no governo após a aprovação. Ele não deu detalhes sobre as mudanças previstas no projeto.

De acordo com o Blog do Valdo Cruz, o envio da reforma administrativa ao Congresso é vitória do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e do ministro da **Economia**, Paulo Guedes.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

RN deve ter aumento de produtividade com mudança no mercado de petróleo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O **mercado** de petróleo no Rio Grande do Norte tem a perspectiva de aumento de produtividade com a entrada de empresas independentes para explorar e produzir os campos onshore. Na última semana, a Petrobras anunciou a venda de cessão dos direitos de exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás natural do conjunto de 26 concessões de campos de produção terrestres e de águas rasas, com instalações integradas, localizadas na Bacia Potiguar.

O Rio Grande do Norte tem a maior produção onshore do Brasil. A produção terrestre que já chegou a atingir 117 mil barris/dia, nos últimos anos, declinou para 25 mil barris/dia. O setor já respondeu por 45% do PIB industrial, vem em queda desde 2010, com efeito direto na **economia** com a queda de produção e, conseqüentemente, de receita do Estado.

A indústria do petróleo norte-rio-grandense lidera o movimento de reestruturação do onshore no país, com a

transferência da exploração de campos maduros para a iniciativa privada. No ano passado, frente à decisão de desinvestimento da Petrobras e venda de ativos, a FIERN buscou a articulação com empresários e rede de fornecedores locais, entidades representativas, órgãos reguladores e o Ministério de Minas e Energia para tratar a reestruturação do setor no estado, que responde por 40% do PIB industrial do RN.

Márcio Félix, vice-presidente executivo da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), acredita que o Rio Grande do Norte saiu na frente e caminha a passos largos na retomada das operações de exploração e produção de petróleo terrestre, servindo de exemplo para outros estados.

Para ele, a venda dos ativos de campos terrestres e em águas rasas representa o fim de um período de presença da estatal no onshore brasileiro e o início de uma nova fase do setor com a participação da indústria privada e diversidade de novos agentes operando na exploração e produção desses campos, com potencial de melhores resultados.

'Haverá um aumento de produção de também de produtividade, com mais resultados alcançados com menos recursos. Os ativos existentes serão melhor cuidados, as empresas privadas farão investimentos e vão buscar o melhor retorno, além disso o efeito local é bem mais rápido na **economia**, o dinheiro irá circular localmente, se a produção aumenta, o royalties é maior. É um novo ciclo que se abre, com mais oportunidades para o Estado, de atrair novas empresas e investidores locais, que estarão com a sua estrutura mais próximas da sociedade', observa Márcio Félix.

O vice-presidente da ONIP defende ser mais eficiente a criação de um grande fórum de discussão para planejar um ambiente favorável à entrada de novas empresas, de menor porte e até mesmo locais, na produção do petróleo em terra no Estado, do que empreender

esforços para reverter a decisão da companhia. A cadeia produtiva junto aos governos do Estado e municípios, pondera o executivo, devem avaliar os mecanismos de licenciamento ambiental, licenciamento social, planejar a contratação de pessoas, mapear os novos atores, entre outros pontos.

'Respeitamos a posição dos estados e governantes, mas as ações da Petrobras estão sendo tomadas dentro do modelo de governança da companhia que dificilmente será alterada, pelo menos nos próximos três anos. Ou seja, a venda dos ativos vai acontecer. E o diálogo deve ser aberto, planejado, de forma a organizar a saída da Petrobras e maximizar os ganhos que virão com a entrada da iniciativa privada. Um fórum abrangente e atuante se faz cada vez mais necessário', frisa Félix.

Ele lembra que entre as áreas postas à venda estão alguns dos principais ativos em terra, como o Canto do Amaro, além da estrutura da Refinaria Clara Camarão.

Para o presidente da PetroReconcavo e da Potiguar E&P, Marcelo Magalhães, o **mercado** onshore do Rio Grande do Norte vive um momento de retomada de crescimento, que ficou evidenciado no Mossoró Oil & Gas Expo, realizado ano passado, com a participação de diversos players do segmento.

A PetroReconcavo, através de sua subsidiária Potiguar E&P, adquiriu a participação da Petrobras nos campos do Polo Riacho da Forquilha. Essa foi a primeira transação envolvendo campos terrestres em bacias maduras do plano de desinvestimento da Petrobras. A empresa anunciou investimento de US\$ 150 milhões em cinco anos. A empresa está, há nove meses, no Rio Grande do Norte.

'Estamos extremamente satisfeitos com as nossas operações no Rio Grande do Norte, encontramos mão de obra de alta qualidade, pessoal muito capacitado, trouxemos de volta ao estado três dos nossos engenheiros, além disso contamos com o apoio do governo, da FIERN e Sebrae. O onshore brasileiro vive um novo momento e o Rio Grande do Norte tem forte

participação nisso', afirma o CEO.

Agora RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Reforma administrativa acaba com a estabilidade de parte dos servidores



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

A proposta de reforma administrativa que o governo federal vai enviar ao Congresso nesta quinta-feira (3) vai permitir o fim da estabilidade para a quase totalidade das categorias de servidores públicos.

As exceções são as carreiras típicas de Estado, ou seja, que não encontram função correspondente na iniciativa privada, que terão a estabilidade flexibilizada, mas não extinta. A reforma vai definir quais são esses cargos. A ideia é que seja ampliado o estágio probatório, período que o servidor tem de cumprir antes de conquistar a estabilidade, hoje a duração é de três anos.

O governo vai enviar primeiro uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com as diretrizes gerais e depois uma série de projetos de lei para regulamentar melhor as mudanças sugeridas na reforma.

A iniciativa também exclui a possibilidade de aumento de **salário** do servidor público exclusivamente por

tempo de serviço e aumenta o poder da Presidência da República na criação ou extinção de cargos ou estruturas da máquina pública, desde que não haja aumento de despesas.

O envio do texto foi comunicado na edição desta quinta-feira do Diário Oficial da União (íntegra), mas sem detalhes. A proposta vai ser apresentada pelo Ministério da **Economia** às 10h e será encaminhado às 18h pelos líderes do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), e no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O Ministério da Secretaria-Geral divulgou na noite de quarta-feira (2) os principais pontos do texto (íntegra). As regras só valem para os servidores que forem contratados após a vigência da legislação.

Entre outras medidas, a proposta vai dar fim ao 'regime jurídico único' e instituir: vínculo de experiência, vínculo por prazo determinado, cargo com vínculo por prazo indeterminado, cargo típico de Estado e cargo de liderança e assessoramento, que corresponde aos atuais cargos de confiança.

A equipe econômica do governo tenta desde o final de 2019 enviar a PEC, mas a iniciativa nunca chegou ao Congresso por conta da insatisfação de Jair Bolsonaro com o tema, que provoca resistência no serviço público.

No mês passado, a demora no envio da matéria, que chegou a ser anunciada como um assunto para 2021, foi um dos motivos para que Paulo Uebel saísse da Secretaria de Desburocratização. Ele era o principal coordenador técnico da iniciativa no governo.

Durante a gestão de Uebel, a ideia era enviar primeiro uma PEC e depois uma série de projetos de lei para regulamentar melhor as mudanças sugeridas na reforma.

Leia os principais pontos:

? Exigência de dois anos em vínculo de experiência com desempenho satisfatório antes de estar investido em cargo público e começar o estágio probatório de um ano para os cargos típicos de Estado;

? Exigência de classificação final dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público, entre os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência;

? Mais limitações ao exercício de outras atividades para ocupantes de cargos típicos de Estado e menos limitações para os servidores em geral;

? Vedação de mais de trinta dias de férias por ano;

? Vedação de redução de jornada sem redução da remuneração;

? Vedação de promoções ou progressões exclusivamente por tempo de serviço;

? Banimento de parcelas indenizatórias sem a caracterização de despesas diretamente decorrente do desempenho da atividade;

? Vedação da incorporação de cargos em comissão ou funções de confiança à remuneração permanente;

? Vedação da aposentadoria compulsória como modalidade de punição;

? Vedação da redução de remuneração por motivo de redução de jornada para os cargos típicos de Estado .

Congresso em Foco

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Embraer anuncia demissão de 900 empregados no Brasil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Embraer anunciou hoje (3) a demissão de 900 funcionários da empresa no Brasil. O montante, segundo a companhia, equivale a 4,5% do seu efetivo total. A medida, de acordo com a fabricante de aviões, decorreu dos impactos causados pela covid-19 na **economia** global e pelo cancelamento da parceria com a Boeing.

'O objetivo é assegurar a sustentabilidade da empresa e sua capacidade de engenharia', destacou a Embraer, em nota.

Segundo a empresa, a pandemia afetou principalmente o seu setor de aviação comercial que, no primeiro semestre de 2020, apresentou redução de 75% das entregas de aeronaves, em comparação com o mesmo período do ano passado.

A Embraer ressaltou que a situação se agravou com a necessidade de duplicação de estruturas para atender a separação da aviação comercial, em preparação à parceria não concretizada com a Boeing, e pela falta de expectativa de recuperação do setor de transporte aéreo no curto e médio prazo.

'Desde o início da pandemia, a Embraer adotou uma série de medidas para preservar empregos como férias coletivas, redução de jornada, lay-off, licença remunerada e três planos de demissão voluntária (PDV). Também reduziu o trabalho presencial nas plantas industriais com o objetivo de zelar pela saúde dos colaboradores e garantir a continuidade dos negócios', disse, em nota.

Segundo a empresa, os três PDVs realizados registraram adesão voluntária de cerca de 1,6 mil empregados no Brasil.

Sindicato

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos disse que as demissões foram feitas sem qualquer negociação com os trabalhadores e em desacordo com compromisso da companhia de preservar empregos, assinado em abril. A entidade representante dos trabalhadores ressaltou ainda que as dificuldades enfrentadas pela empresa foram causadas pela má gestão do conselho administrativo da Embraer na negociação com a Boeing, e não pela pandemia da covid-19.

'As demissões foram feitas sem qualquer negociação com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, ferindo acordo para preservação de emprego assinado em 9 de abril (cláusula 8.1), justamente num período de calamidade pública provocada pela pandemia do coronavírus', disse o sindicato em nota.

'Estudos mostram que as dificuldades financeiras foram provocadas pela má gestão do Conselho Administrativo na negociação com a Boeing. As perdas geradas pelo processo de venda chegaram a R\$ 1,2 bilhão. Já as geradas pela pandemia ficaram em R\$ 83,7 milhões', acrescentou a entidade.

O sindicato destacou que vai cobrar do poder público medidas que proíbam as demissões e ressaltou que a

Embraer recebeu, em 2020, R\$ 3 bilhões em financiamento aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos privados.

Como forma de preservar os empregos, o sindicato disse que irá propor à Embraer o cancelamento imediato de todas as demissões, inclusive as relativas ao PDV, estabilidade no emprego, e equalização dos altos salários da empresa.

'De acordo com documento oficial da Embraer, anexado em processo judicial na 3ª. Vara Federal de São José dos Campos, há pessoas recebendo mais que um **salário** mínimo por dia na empresa (doc. 4 do processo). A equalização salarial poderia preservar centenas de empregos na fábrica'

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

INSS confirma benefício dos que tiveram antecipação do auxílio-doença



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os segurados da Previdência Social que receberam antecipação do auxílio-doença (atualmente chamado de auxílio por incapacidade temporária) terão o benefício reconhecido em definitivo. A decisão consta em portaria conjunta da Secretaria de Previdência do Ministério da **Economia** e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), publicada na edição desta quinta-feira (3) do Diário Oficial da União (DOU).

Com essa medida, aqueles que receberam o adiantamento, no valor de um **salário** mínimo (R\$ 1.045), mas que teriam direito a um benefício maior, receberão a diferença sem a necessidade de novo requerimento.

Para conter os efeitos econômicos causados pela pandemia do novo coronavírus, uma lei aprovada em abril passou a autorizar que o INSS antecipasse o valor de um **salário** mínimo para os requerentes do auxílio-doença, por até 3 meses. O objetivo era evitar que o segurado aguardasse o processamento da solicitação sem dispor de uma renda para se manter. Pela legislação atual, o auxílio-doença é um benefício concedido pelo INSS para os trabalhadores que estão

incapacitados temporariamente para o trabalho por mais de 15 dias. Neste caso, normalmente, ela deixa de receber o **salário** e passa a contar com o auxílio enquanto perdurar o período de afastamento.

A portaria abrange apenas as antecipações em que o afastamento tenha se encerrado até o dia 2 de julho deste ano. O pagamento será efetuado aos beneficiários já no mês de outubro pelo INSS, conforme apuração dos valores a serem processados pela Dataprev, segundo informou a autarquia.

Ainda de acordo com o INSS, o beneficiário que requereu a antecipação e que tenha direito ao pagamento da diferença poderá acompanhar o status do crédito, bem como os valores, através do Meu INSS e do telefone 135.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo endurece regras para ter direito às 4 parcelas do auxílio emergencial; veja se você tem direito



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

A prorrogação do auxílio emergencial por mais quatro meses sem valor reduzido de R \$ 300 foi anunciada na última terça-feira 1º, pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e as novas regras de pagamento do benefício foram divulgadas através da Medida Provisória de Número 1.000 publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira 3.

De acordo com a MP, não há indícios de que aconteça uma reabertura de inscrições para o programa, deste modo, o dinheiro será pago aos beneficiários que já têm direito a quantia, sem necessidade de recadastramento.

Em relação às datas de pagamento, os calendários ainda não foram divulgados pelo governo, nem pela Caixa Econômica Federal, mas, de acordo com a portaria, as parcelas devem ser pagas até dezembro, mensalmente. 'Fica instituído, até 31 de dezembro de 2020, o auxílio emergencial residual a ser pago em até quatro parcelas mensais no valor de R \$ 300 ao

trabalhador beneficiário do auxílio emergencial', diz trecho do documento.

Além disso, há a possibilidade de parte dos outros não receberem como quatro parcelas do benefício, já que ele deve ser pago somente até dezembro. Desta forma, os beneficiários recebem tardiamente pelo programa, que ainda estão recebendo as primeiras parcelas do auxílio, podem não chegar a ter acesso à prorrogação. 'O auxílio emergencial residual será devido até 31 de dezembro de 2020, independentemente do número de parcelas recebidas', diz o artigo 1º da MP.

A quantia permanecerá sendo paga a apenas duas pessoas por família, ea mulher que por mãe e chefe de família ainda terá direito de receber o valor duplicado, ou seja, de R \$ 600.

Formato dos pagamentos

As parcelas da prorrogação do auxílio emergencial residual serão pagas aos trabalhadores do mesmo modo que já ocorre, beneficiários do Bolsa Família recebem nas agências da Caixa e inscritos via site ou aplicativo deve dois calendários, um de depósito na poupança digital e outro de liberação para saques e transferências.

Beneficiários do Bolsa Família

Os pagamentos para inscritos no auxílio emergencial que já recebem o Bolsa Família continuarão ocorrendo da mesma forma, seguindo o calendário do próprio benefício, de acordo com o Número de Identificação Social (NIS), diretamente nas agências da Caixa.

O cálculo do valor do benefício continua sendo feito por família, ou seja, caso a soma dos R \$ 300 recebidos por cada beneficiário da família seja maior e o valor que a família habitualmente recebe pelo Bolsa, a família receberá o auxílio, e vice e versa.

Haverá reavaliação?

Apesar da MP indicar que os beneficiários já beneficiar não precisarão refazer o cadastro, haverá uma reavaliação dos beneficiários a cada nova parcela paga. Os critérios devem ser verificados pelos órgãos competentes mensalmente, de modo a barrar possíveis fraudes.

Quem não recebe?

A nova portaria proíbe determinados grupos, que chegaram a ter acesso ao dinheiro anteriormente, a receberem a prorrogação da quantia, como por exemplo, detentos em regime fechado, brasileiros residentes não exteriores e pessoas que foram incluídas como dependentes de declarante do Imposto da Renda da Pessoa Física (IRPF) em 2019.

Não irá receber como novas parcelas quem:

- Tenha benefício previdenciário ou assistencial ou benefício do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal após o recebimento do auxílio emergencial, ressalvados os benefícios do Programa Bolsa Família;

- Ter renda familiar mensal per capita acima de meio **salário**-mínimo e renda mensal familiar total acima de três recompensas;

- Tinha, em 31 de dezembro de 2019, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, incluída a terra nua, de valor total superior a R \$ 300 mil;

- No ano de 2019, tenha requerido isentos, não tributáveis ??ou tributados exclusivamente na fonte, cujo soma foi superior a R \$ 40 mil;

- Tenha sido incluído, no ano de 2019, como dependente de declarante do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física enquadrados nos três últimos, na condição de cônjuge, companheiro com o qual o contribuinte tenha filho ou com o qual conviva há mais

de cinco anos ou filho / enteado com menos de vinte e um anos de idade ou com menos de vinte e quatro anos de idade que está matriculado em estabelecimento de ensino superior ou de ensino técnico de nível médio;

- Tenha menos de 18 anos, exceto em caso de mães adolescentes;

- Possua indicativo de óbito nas bases de dados do governo federal.

*Com informações do Jornal do Comércio

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Proposta de reforma administrativa prevê criação de novos vínculos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog Salomão Medeiros

A reforma administrativa apresentada hoje (3) pelo governo federal prevê a criação de novos tipos de vínculos e maior tempo para efetivação no cargo. Secretários do Ministério da **Economia** concedem neste momento entrevista coletiva sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Nova Administração Pública.

A matéria prevê a criação de novos vínculos. O regime jurídico único dará lugar a vínculos distintos. No ingresso por concurso público, haverá estabilidade após três anos para cargo típico de estado e o cargo por prazo indeterminado.

No ingresso por seleção simplificada, haverá vínculo por prazo determinado, que substituirá a contratação temporária, e ainda cargos de liderança e assessoramento, em substituição a cargos comissionados e funções gratificadas.

Estágio probatório: Segundo o ministério, o estágio probatório atual é uma 'mera formalidade'. No Executivo

Federal, são desligados no período de estágio probatório (dado de 2016 até junho de 2019) apenas 0,4% dos servidores.

Na proposta, o estágio probatório cede lugar ao vínculo de experiência, que durará pelo menos dois anos. Essa etapa passa a fazer parte do concurso público em que não há direito automático ao cargo e os mais bem avaliados ao final do vínculo de experiência serão efetivados. Após o vínculo de experiência, haverá ainda um ano de experiência antes de o servidor passar a ter estabilidade.

Desligamento de servidor: O desligamento de servidor atualmente ocorre por sentença judicial transitada em julgado. Há ainda a possibilidade de desligamento por infração disciplinar, que não tem regulamentação.

Segundo o Ministério da **Economia**, no governo federal, em 2018, foram desligados 388 servidores (0,07% da força de trabalho).

Para o ministério, o modelo atual é engessado, com 'manutenção de servidores em atividades em que não há mais demanda e incapacidade de adaptações e ajustes'.

A proposta é que não será mais necessário aguardar trânsito em julgado para a demissão. Valerá também decisão judicial proferida por órgão colegiado. Será mantida a demissão por insuficiência de desempenho, que deverá ser regulamentada por lei ordinária e não mais por lei complementar.

Outras hipóteses de demissão, para os cargos com prazo indeterminado, serão definidas em lei. De acordo com o ministério, não será permitida demissão arbitrária, por questões político-partidárias.

Acumulação de cargos: A PEC também prevê a simplificação das regras de acumulação de cargos, em que o servidor pode acumular mais de um cargo, observada compatibilidade de horário. A exceção é para o ocupante de cargo típico de estado, em que será

possível acumular cargo somente de docência ou na área de saúde.

Eliminação de benefícios: A proposta prevê a eliminação dos seguintes benefícios: licença prêmio (a cada cinco anos, três meses de licença - não existe no governo federal desde 1999); aumentos retroativos; férias superiores a 30 dias por ano; adicional por tempo de serviço (aumento automático do **salário** em 1% a cada ano); aposentadoria compulsória como punição; parcelas indenizatórias sem previsão legal; adicional ou indenização por substituição não efetiva (casos de sobreaviso, sem ocupação efetiva); redução de jornada sem redução de remuneração, salvo por saúde; progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço; e incorporação ao **salário** de valores referentes ao exercício de cargos e funções.

Novos princípios: O texto da emenda constitucional também altera o artigo 37 da Constituição Federal e inclui nove novos princípios da administração pública. Assim, passam a figurar como princípios da administração pública a imparcialidade, a transparência, a inovação, a proporcionalidade, a responsabilidade, a subsidiariedade, a unidade, a coordenação e a boa governança. Eles se juntam aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A proposta também prevê que União, estados, Distrito Federal e municípios poderão cooperar com órgãos ou entidades públicas e privadas para prestar serviços, compartilhar recursos humanos e capacidade instalada.

Fases da mudança: A primeira fase das mudanças será por meio do Novo Regime de Vínculos e Modernização Organizacional da Administração Pública, com o envio da PEC ao Congresso Nacional.

Depois serão necessários projetos de lei sobre gestão de desempenho; modernização das formas de trabalho; consolidação de cargos, funções e gratificações; arranjos institucionais; diretrizes de carreiras; e ajustes no Estatuto do Servidor.

Na terceira fase, o governo enviará o Projeto de Lei Complementar (PLP) do Novo Serviço Público, com o novo marco regulatório das carreiras; governança remuneratória; e direitos e deveres do novo serviço público.

De acordo com o secretário especial adjunto da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da **Economia**, Gleisson Rubin, o envio desses projetos de lei pelo governo ao Congresso vai depender do ritmo de tramitação da PEC no Congresso Nacional. 'Tratam-se de questões novas que a PEC está trazendo'.

Autonomia: A proposta prevê ainda maior autonomia organizacional para o Executivo. O presidente da República poderá, se não houver aumento de despesa: extinguir cargos (efetivos ou comissionados), funções e gratificações; reorganizar autarquias e fundações; transformar cargos, quando vagos, mantida a mesma natureza do vínculo; reorganizar atribuições de cargos do Poder Executivo; extinguir órgãos. A criação de novos órgãos, entidades ou a transformação que resulte em aumento de despesa continua dependendo de aprovação pelo Legislativo.

Novos princípios: O texto da emenda constitucional também altera o artigo 37 da Constituição Federal e inclui nove novos princípios da administração pública. Assim, passam a figurar como princípios da administração pública a imparcialidade, a transparência, a inovação, a proporcionalidade, a responsabilidade, a subsidiariedade, a unidade, a coordenação e a boa governança. Eles se juntam aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A proposta também prevê que União, estados, Distrito Federal e municípios poderão cooperar com órgãos ou entidades públicas e privadas para prestar serviços, compartilhar recursos humanos e capacidade instalada.

Servidores atuais: A estabilidade dos servidores que já ingressaram no serviço público continua nos mesmos termos da Constituição atual. E os vencimentos dos

servidores atuais não serão reduzidos. Agência
Brasil/Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Proposta de reforma administrativa prevê criação de novos vínculos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Estágio probatório pode ceder lugar ao vínculo de experiência

Marcello Casal Jr

A reforma administrativa apresentada hoje (3) pelo governo federal prevê a criação de novos tipos de vínculos e maior tempo para efetivação no cargo. Secretários do Ministério da **Economia** concedem neste momento entrevista coletiva sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Nova Administração Pública.

A matéria prevê a criação de novos vínculos. O regime jurídico único dará lugar a vínculos distintos. No ingresso por concurso público, haverá estabilidade após três anos para cargo típico de estado e o cargo por prazo indeterminado.

No ingresso por seleção simplificada, haverá vínculo por prazo determinado, que substituirá a contratação temporária, e ainda cargos de liderança e

assessoramento, em substituição a cargos comissionados e funções gratificadas.

Estágio probatório

Segundo o ministério, o estágio probatório atual é uma 'mera formalidade'. No Executivo Federal, são desligados no período de estágio probatório (dado de 2016 até junho de 2019) apenas 0,4% dos servidores.

Na proposta, o estágio probatório cede lugar ao vínculo de experiência, que durará pelo menos dois anos. Essa etapa passa a fazer parte do concurso público em que não há direito automático ao cargo e os mais bem avaliados ao final do vínculo de experiência serão efetivados. Após o vínculo de experiência, haverá ainda um ano de experiência antes de o servidor passar a ter estabilidade.

Desligamento de servidor

O desligamento de servidor atualmente ocorre por sentença judicial transitada em julgado. Há ainda a possibilidade de desligamento por infração disciplinar, que não tem regulamentação. Segundo o Ministério da **Economia**, no governo federal, em 2018, foram desligados 388 servidores (0,07% da força de trabalho).

Para o ministério, o modelo atual é engessado, com 'manutenção de servidores em atividades em que não há mais demanda e incapacidade de adaptações e ajustes'.

A proposta é que não será mais necessário aguardar trânsito em julgado para a demissão. Valerá também decisão judicial proferida por órgão colegiado. Será mantida a demissão por insuficiência de desempenho, que deverá ser regulamentada por lei ordinária e não mais por lei complementar.

Outras hipóteses de demissão serão definidas em lei. De acordo com o ministério, não será permitida demissão arbitrária, por questões político-partidárias.

Acumulação de cargos

A PEC também prevê a simplificação das regras de acumulação de cargos, em que o servidor pode acumular mais de um cargo, observada compatibilidade de horário. A exceção é para o ocupante de cargo típico de estado, em que será possível acumular cargo somente de docência ou na área de saúde.

Eliminação de benefícios

A proposta prevê a eliminação dos seguintes benefícios: licença prêmio (a cada cinco anos, três meses de licença - não existe no governo federal desde 1999); aumentos retroativos; férias superiores a 30 dias por ano; adicional por tempo de serviço (aumento automático do **salário** em 1% a cada ano); aposentadoria compulsória como punição; parcelas indenizatórias sem previsão legal; adicional ou indenização por substituição não efetiva (casos de sobreaviso, sem ocupação efetiva); redução de jornada sem redução de remuneração, salvo por saúde; progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço; e incorporação ao **salário** de valores referentes ao exercício de cargos e funções.

Fases da mudança

A primeira fase das mudanças será por meio do Novo Regime de Vínculos e Modernização Organizacional da Administração Pública, com o envio da PEC ao Congresso Nacional.

Depois serão necessários projetos de lei sobre gestão de desempenho; modernização das formas de trabalho; consolidação de cargos, funções e gratificações; arranjos institucionais; diretrizes de carreiras; e ajustes no Estatuto do Servidor.

Na terceira fase, o governo enviará o Projeto de Lei Complementar (PLP) do Novo Serviço Público, com o novo marco regulatório das carreiras; governança remuneratória; e direitos e deveres do novo serviço público.

Servidores atuais

A estabilidade dos servidores que já ingressaram no serviço público continua nos mesmos termos da Constituição atual. E os vencimentos dos servidores atuais não serão reduzidos.

Fonte: Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar fecha no menor nível em um mês em dia de reforma administrativa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

No dia em que a proposta de reforma administrativa chegou ao Congresso Nacional, o dólar fechou no menor nível em um mês e teve o melhor desempenho entre as principais moedas do planeta. O dólar comercial encerrou esta quinta-feira (3) vendido a R\$ 5,291, com recuo de R\$ 0,026 (-1,27%). A cotação está no menor valor desde 4 de agosto, quando tinha fechado em R\$ 5,284.

Esse foi o terceiro dia consecutivo de queda no dólar. Desde quando fechou a R\$ 5,61, em 26 de agosto, a moeda norte-americana recuou 5,73%. Em 2020, a divisa acumula alta de 31,83%.

Além do envio da reforma administrativa, que pode resultar na diminuição de gastos públicos no longo prazo, o dia foi marcado pela divulgação de que a produção industrial cresceu 8% em julho na comparação com o mês anterior. O dado indica início de recuperação na **economia**, após a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

O desempenho do dólar não se repetiu no **mercado** de ações. O índice Ibovespa, da B3 (a bolsa de valores

brasileira), encerrou a quinta-feira aos 100.721 pontos, com recuo de 1,17%. Pela manhã, o índice subiu, mas reverteu o movimento e passou a cair, acompanhando as bolsas estrangeiras.

Em Nova York, o índice Nasdaq (das empresas de tecnologia) caiu 5% e o S&P 500 cedeu 3,5%, depois de baterem recordes seguidos nos últimos dias. Além da realização de lucros, quando os investidores vendem ações para embolsarem ganhos recentes, as bolsas norte-americanas caíram por causa da divulgação de dados que trouxeram receios de uma recuperação lenta e prolongada da **economia** norte-americana.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senadores criticam aumento de R\$ 22 e cobram valorização do salário mínimo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

A proposta do governo de aumentar o **salário** mínimo em R\$ 22 em 2021 reacendeu o debate sobre a aprovação pelo Congresso de uma política de valorização do piso salarial nacional.

Parte dos senadores consideraram insuficiente o reajuste proposto pelo governo e defendem a aprovação de alguma das propostas em análise no Congresso para garantir o aumento do poder de compra da população.

Pelo segundo ano consecutivo, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) apenas repõe a inflação projetada para 2020, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 2,09%. O impacto total desse reajuste na despesa líquida do governo está estimado em R\$ 6,7 bilhões, especialmente em benefícios previdenciários.

O texto (PLN 28/2020) entregue ao Congresso Nacional na segunda-feira (31) projeta um valor de R\$ 1.067 em

2021. O **salário** mínimo atual é R\$ 1.045. O reajuste definitivo só será conhecido em janeiro, já que o ajuste do **salário** mínimo precisa da aprovação de uma lei específica. Com o fim da vigência da Lei 13.152, de 2015, que previa uma regra de valorização do mínimo com base no Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes e pela variação da inflação até 2019, o governo editou uma Medida Provisória em 2020 (MP 919/2020), convertida em lei por deputados e senadores (Lei 14.013 de 2020).

Valor mais baixo

O valor agora proposto pelo governo é R\$ 12 menor do que o previsto em abril, quando encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021. Na regra que orienta a elaboração do Orçamento do próximo ano, o Poder Executivo estimava que o **salário** mínimo em 2021 chegaria a R\$ 1.079. Como a previsão para a inflação oficial deste ano recuou desde então, o **salário** mínimo também terá um reajuste menor.

- Inflação oficial não é a mesma da real, daquela que pesa na cesta básica da população. Aumentar o **salário** mínimo em apenas R\$ 22 vai empobrecer o trabalhador e diminuir seu poder de compra - disse a senadora Simone Tebet, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Líder da minoria, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) encara o aumento de R\$ 22 como uma 'crueldade' com os trabalhadores.

- As consequências da pandemia têm sido para os mais pobres. Uma retração do Produto Interno Bruto em 10% no trimestre. O aumento do número de desempregados. A perda do poder aquisitivo das famílias e, agora, neste momento, o governo reduz a previsão do **salário** mínimo em R\$ 12 para o ano que vem. Em um momento crítico para os trabalhadores chega a ser um

ato de crueldade - avaliou Randolfe.

O vice-líder do governo, senador Chico Rodrigues (DEM-RR), afirma que o valor não é o ideal, mas é o possível no atual cenário econômico.

- É um valor não ideal, mas o possível e que vai atender certamente à população trabalhadora - disse o parlamentar.

Por meio de sua conta em uma rede social, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a retomada da política formal de valorização do **salário** mínimo que entre 2007 e 2018 garantiu reajustes reais ao piso salarial. Além da inflação (INPC), o cálculo incorporava a variação do Produto Interno Bruto (PIB) registrada dois anos antes.

'Precisamos retomar a Política de Valorização do Salário Mínimo. É geração de emprego e renda. Cem milhões dependem dele. O comércio gira, todos ganham: trabalhadores, empregadores, aposentados. Para cada R\$ 1 a menos no **salário** mínimo, o governo deixa de arrecadar R\$ 0,54 em **tributos**', argumentou Paim.

Propostas

Ao menos quatro projetos com regras de valorização do **salário** mínimo estão em análise no Senado: O PLS 416/2018, do ex-senador Lindbergh Farias (PT-RJ), retoma a política de valorização anterior, e propõe a correção pela inflação do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB), verificada dois anos antes.

O mesmo objetivo tem o PL 605/2019, apresentado pela bancada do PT. Na justificativa, os senadores afirmam que a política de valorização do **salário** mínimo, adotada nos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, é fator importante na redução da pobreza e da desigualdade de renda.

Com o PL 2.618/2019, o senador Irajá (PSD-TO) busca assegurar que o **salário** mínimo seja reajustado em pelo menos 6% ao ano e ainda a variação do Índice

Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), por sua vez, propõe no PL 3.137/2019 que o índice de reajuste seja a inflação futura projetada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vez do INPC. Para garantir o aumento real, o texto também prevê a variação positiva do PIB per capita dos 24 meses que antecederem o reajuste.

Por tratarem do mesmo assunto, os projetos podem passar a tramitar em conjunto. Requerimentos com esse objetivo foram apresentados por senadores.

Impacto

De acordo com as Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara, órgãos que prestam assessoria aos parlamentares durante a tramitação das propostas orçamentárias, o Poder Executivo estimou que cada R\$ 1 a mais no **salário** mínimo elevará a despesa líquida em R\$ 305 milhões em 2021. Isso porque o impacto do reajuste do **salário** mínimo eleva também benefícios sociais atrelados a ele como aposentadorias, seguro desemprego, Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros, o que faz subir a despesa do governo.

- Se por um lado o reajuste tem o efeito desejável de garantir renda mínima adequada aos trabalhadores, pode ter o efeito indesejável de ocasionar aumento de preços e/ou ampliação de desemprego. A política de **salário** mínimo é, na verdade, um grande dilema econômico. Para o lado do Orçamento, como o reajuste impacta aposentadorias e benefícios sociais concedidos pelo governo, amplia seus gastos. Assim, reajustar o **salário** mínimo significa, imediatamente, aumentar - apontou o consultor de Orçamento do Senado Aritan Maia.

Questionado pela senadora Zenaide Maia (Pros-RN) sobre o reajuste do **salário** mínimo de apenas R\$ 22, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, disse que a correção do **salário** mínimo eleva os custos das empresas e pode gerar desemprego.

- Se der aumento, vai condenar ao desemprego. Milhares e talvez milhões de pessoas serão demitidas - apontou Guedes em reunião por videoconferência na comissão mista que acompanha os gastos na pandemia do novo coronavírus, na terça-feira (1º).

Fonte: Agência Senado

O post Senadores criticam aumento de R\$ 22 e cobram valorização do **salário** mínimo apareceu primeiro em Gláucia Lima.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Embraer anuncia demissão de 900 empregados no Brasil



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

A Embraer anunciou hoje (3) a demissão de 900 funcionários da empresa no Brasil. O montante, segundo a companhia, equivale a 4,5% do seu efetivo total.

A medida, de acordo com a fabricante de aviões, decorreu dos impactos causados pela covid-19 na **economia** global e pelo cancelamento da parceria com a Boeing.

'O objetivo é assegurar a sustentabilidade da empresa e sua capacidade de engenharia', destacou a Embraer, em nota.

Segundo a empresa, a pandemia afetou principalmente o seu setor de aviação comercial que, no primeiro semestre de 2020, apresentou redução de 75% das entregas de aeronaves, em comparação com o mesmo período do ano passado.

A Embraer ressaltou que a situação se agravou com a necessidade de duplicação de estruturas para atender a

separação da aviação comercial, em preparação à parceria não concretizada com a Boeing, e pela falta de expectativa de recuperação do setor de transporte aéreo no curto e médio prazo.

'Desde o início da pandemia, a Embraer adotou uma série de medidas para preservar empregos como férias coletivas, redução de jornada, lay-off, licença remunerada e três planos de demissão voluntária (PDV). Também reduziu o trabalho presencial nas plantas industriais com o objetivo de zelar pela saúde dos colaboradores e garantir a continuidade dos negócios', disse, em nota.

Segundo a empresa, os três PDVs realizados registraram adesão voluntária de cerca de 1,6 mil empregados no Brasil.

Sindicato

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos disse que as demissões foram feitas sem qualquer negociação com os trabalhadores e em desacordo com compromisso da companhia de preservar empregos, assinado em abril. A entidade representante dos trabalhadores ressaltou ainda que as dificuldades enfrentadas pela empresa foram causadas pela má gestão do conselho administrativo da Embraer na negociação com a Boeing, e não pela pandemia da covid-19.

'As demissões foram feitas sem qualquer negociação com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, ferindo acordo para preservação de emprego assinado em 9 de abril (cláusula 8.1), justamente num período de calamidade pública provocada pela pandemia do coronavírus', disse o sindicato em nota.

'Estudos mostram que as dificuldades financeiras foram provocadas pela má gestão do Conselho Administrativo na negociação com a Boeing. As perdas geradas pelo processo de venda chegaram a R\$ 1,2 bilhão. Já as geradas pela pandemia ficaram em R\$ 83,7 milhões',

acrescentou a entidade.

O sindicato destacou que vai cobrar do poder público medidas que proíbam as demissões e ressaltou que a Embraer recebeu, em 2020, R\$ 3 bilhões em financiamento aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos privados.

Como forma de preservar os empregos, o sindicato disse que irá propor à Embraer o cancelamento imediato de todas as demissões, inclusive as relativas ao PDV, estabilidade no emprego, e equalização dos altos salários da empresa.

'De acordo com documento oficial da Embraer, anexado em processo judicial na 3ª. Vara Federal de São José dos Campos, há pessoas recebendo mais que um **salário** mínimo por dia na empresa (doc. 4 do processo). A equalização salarial poderia preservar centenas de empregos na fábrica'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Proposta prevê fim de penduricalhos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

BRASÍLIA - A proposta de reforma administrativa para novos servidores públicos elimina uma série de benefícios existentes atualmente, apelidados de "penduricalhos". Para o governo, são "distorções" que devem ser eliminadas porque, segundo o Ministério da **Economia**, seriam retrato do distanciamento da realidade dos demais cidadãos, sem regras uniformes e gerais sobre vantagens e benefícios, com impacto "injusto" para a sociedade, já que onera as contas públicas.

Entre esses benefícios, estão a licença-prêmio e a aplicação da aposentadoria compulsória como forma de punição.

A licença-prêmio é um direito que o servidor têm de, a cada cinco anos, gozar de três meses de licença para tratar de assuntos de interesse pessoal. Não existe no governo federal desde 1999, mas ainda existe em alguns Estados.

Já a aposentadoria compulsória é aplicada por algumas categorias de servidores públicos como sanção a profissionais que tenham cometido alguma

irregularidade. Nesse caso, a pessoa punida deixa de trabalhar, mas mantém o **salário**.

Outras propostas de mudança apresentadas pelo governo são a vedação de promoções ou progressões na carreira exclusivamente por tempo de serviço e a proibição de mais de 30 dias de férias por ano.

O texto enviado pelo governo ao Congresso modifica somente as regras para os futuros servidores dos três Poderes, assim como de Estados e municípios. Não afeta os chamados membros desses Poderes (juizes, promotores, procuradores, desembargadores, deputados e senadores). Para esses casos, se quiserem alterar as regras, os poderes Judiciário e Legislativo e o Ministério Público terão que elaborar textos próprios. Ou seja, da forma como está, o texto atinge um futuro servidor de um órgão do Judiciário, mas não o juiz.

"É uma questão de iniciativa. O Executivo não teria competência e possibilidade de iniciativa em uma mudança como essa nos outros Poderes", afirmou o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da **Economia**, Wagner Lenhart. Os militares, que respondem a normas específicas, também não serão afetados pela reforma.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Promotores, parlamentares e juízes foram poupados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Brasília (AE) - De acordo com o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da **Economia**, Wagner Lenhart, a proposta de emenda constitucional não aborda membros de outros Poderes (como promotores, procuradores, juízes, deputados e senadores), apesar de atingir os servidores, como analistas e técnicos que trabalham para os órgãos desses Poderes. Os militares também ficaram de fora.

'É uma questão de iniciativa. O Executivo não teria competência e possibilidade de iniciativa em uma mudança como essa nos outros poderes', afirmou.

Para novos servidores dos três Poderes, além dos futuros funcionários de Estados e municípios, a proposta de reforma administrativa prevê a eliminação de licenças-prêmio, aumentos retroativos, férias superiores a 30 dias por ano e adicional por tempo de serviço.

Serão eliminados ainda a aposentadoria compulsória como punição, o pagamento de parcelas indenizatórias sem previsão legal, adicional ou indenização por substituição não efetiva, redução de jornada sem

redução de remuneração, salvo em casos de saúde, a progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço e a incorporação ao **salário** de valores referentes ao exercício de cargos e funções.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Reforma administrativa não deverá atingir juízes, procuradores, desembargadores, promotores, deputados, senadores e militares



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

4 de setembro de 2020 às 3:17

Reforma administrativa não deverá atingir juízes, procuradores, desembargadores, promotores, deputados, senadores e militares [0] Comentários | Deixe seu comentário.

Sobre a reforma administrativa do governo federal, que pretende extinguir o que considera privilégios do servidor público?

As novas regras, caso sejam aprovadas, valerão para servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e municípios.

Vale ressaltar que a reforma Não atinge juízes, procuradores, desembargadores, promotores, deputados e senadores, e nem os militares.

Para estas categorias os privilégios serão mantidos.

Confira a lista do que o Ministério da **Economia**

considera privilégio:

Licença-prêmio - 3 meses de afastamento remunerado a cada 5 anos trabalhados. Na União, foi extinta em 1997, mas ainda existe em muitos Estados e municípios.

Aumentos retroativos - Leis já concederam reajustes salariais retroativos, como no caso das polícias do Distrito Federal, beneficiadas por Medida Provisória editada pelo governo federal em maio concedendo aumentos retroativos a 1º de janeiro de 2020.

Férias superiores a 30 dias por ano - Carreiras da magistratura e do Ministério Público têm direito a férias de 60 dias ao ano, enquanto demais servidores e trabalhadores do setor privado só tem 30 dias. A proposta de limitar as férias já foi alvo de críticas no passado pelo procurador-geral da República, AugustoAra, que classificou a carga de trabalho do Ministério Público como 'desumana'.

Adicional por tempo de serviço - Aumentos salariais concedidos a medida que o servidor fica mais tempo no cargo.

Aposentadoria compulsória como punição - Servidores públicos hoje podem se aposentar de forma compulsória como 'punição', após serem alvo de processo investigativo que apura infração disciplinar. Na aposentadoria compulsória o funcionário mantém sua remuneração. Entre os 'punidos' por esse instrumento, por exemplo, está o juiz que foi flagrado dirigindo o carro apreendido do empresário Eike Batista e os dois desembargadores do Rio Grande do Norte envolvidos no escândalo dos precatórios no Tribunal de Justiça.

Parcelas indenizatonas sem previsão legal - Administração pública só poderá pagar auxílios ou diárias previstas na lei, sem espaço para criação de penduricalhos por conta própria.

Adicional ou indenização por substituição não efetiva em função de chefia - Servidor em função de chefia às vezes atuam como eventual substituto de outro em posição semelhante e, para isso, recebem um adicional, inclusive nos casos em que apenas fica à disposição, mas não é acionado. Agora, ficar à disposição não será mais motivo de pagamento.

Redução de jornada sem redução de remuneração, salvo por saúde - Ainda há situações em que o servidor é beneficiado com redução de jornada sem qualquer corte em seu **salário**. Isso não será mais possível, a não ser por motivos de saúde.

Progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço - Algumas carreiras hoje prevêm avanço do servidor nos degraus da carreira conforme o tempo de serviço, sem avaliar necessariamente seu desempenho. Isso não será mais permitido nas novas carreiras.

Incorporação ao **salário** de valores referentes ao exercício de cargos e funções - Algumas carreiras ainda podem incorporar gratificações após o servidor permanecer determinado tempo mínimo num cargo ou função, o que não será mais permitido na nova estrutura.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Walter Alves diz ao presidente nacional do MDB que não vai disputar a Prefeitura de Natal e abandonar seus aliados do interior



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

4 de setembro de 2020 às 3:28

Walter Alves diz ao presidente nacional do MDB que não vai disputar a Prefeitura de Natal e abandonar seus aliados do interior [0] Comentários | Deixe seu comentário.

O deputado federal Walter Alves, presidente do MDB no Rio Grande do Norte, não vai disputar a Prefeitura de Natal.

A possibilidade foi levantada pelo presidente do MDB nacional, Baleia Rossi, que tem a intenção de fortalecer o partido nas capitais.

Walter foi a Brasília conversar com Rossi e explicar que, como presidente do MDB no estado, não pode cuidar de sua campanha a prefeito e deixar sem atenção durante a campanha, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e outros aliados do interior em plena campanha

O desejo de Baleia Rossi chegou ser notícia na Folha

de S. Paulo.

O MDB deverá, como previsto, na base do prefeito Álvaro Dias e apoiando a sua reeleição.

Porém, deixando bem claro aos filiados, que o ex-deputado Henrique Alves não pode falar nem fazer combinados em nome do MDB.

4 de setembro de 2020 às 3:17

Reforma administrativa não deverá atingir juízes, procuradores, desembargadores, promotores, deputados, senadores e militares [0] Comentários | Deixe seu comentário.

Sobre a reforma administrativa do governo federal, que pretende extinguir o que considera privilégios do servidor público?

As novas regras, caso sejam aprovadas, valerão para servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e municípios.

Vale ressaltar que a reforma Não atinge juízes, procuradores, desembargadores, promotores, deputados e senadores, e nem os militares.

Para estas categorias os privilégios serão mantidos.

Confira a lista do que o Ministério da **Economia** considera privilégio:

Licença-prêmio - 3 meses de afastamento remunerado a cada 5 anos trabalhados. Na União, foi extinta em 1997, mas ainda existe em muitos Estados e municípios.

Aumentos retroativos - Leis já concederam reajustes salariais retroativos, como no caso das polícias do Distrito Federal, beneficiadas por Medida Provisória

editada pelo governo federal em maio concedendo aumentos retroativos a 1º de janeiro de 2020.

Férias superiores a 30 dias por ano - Carreiras da magistratura e do Ministério Público têm direito a férias de 60 dias ao ano, enquanto demais servidores e trabalhadores do setor privado só tem 30 dias. A proposta de limitar as férias já foi alvo de críticas no passado pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, que classificou a carga de trabalho do Ministério Público como 'desumana'.

Adicional por tempo de serviço - Aumentos salariais concedidos a medida que o servidor fica mais tempo no cargo.

Aposentadoria compulsória como punição - Servidores públicos hoje podem se aposentar de forma compulsória como 'punição', após serem alvo de processo investigativo que apura infração disciplinar. Na aposentadoria compulsória o funcionário mantém sua remuneração. Entre os 'punidos' por esse instrumento, por exemplo, está o juiz que foi flagrado dirigindo o carro apreendido do empresário Eike Batista e os dois desembargadores do Rio Grande do Norte envolvidos no escândalo dos precatórios no Tribunal de Justiça.

Parcelas indenizatórias sem previsão legal - Administração pública só poderá pagar auxílios ou diárias previstas na lei, sem espaço para criação de penduricalhos por conta própria.

Adicional ou indenização por substituição não efetiva em função de chefia - Servidor em função de chefia às vezes atuam como eventual substituto de outro em posição semelhante e, para isso, recebem um adicional, inclusive nos casos em que apenas fica à disposição, mas não é acionado. Agora, ficar à disposição não será mais motivo de pagamento.

Redução de jornada sem redução de remuneração, salvo por saúde - Ainda há situações em que o servidor é beneficiado com redução de jornada sem qualquer corte em seu **salário**. Isso não será mais possível, a não ser por motivos de saúde.

Progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço - Algumas carreiras hoje prevêem avanço do servidor nos degraus da carreira conforme o tempo de serviço, sem avaliar necessariamente seu desempenho. Isso não será mais permitido nas novas carreiras.

Incorporação ao **salário** de valores referentes ao exercício de cargos e funções - Algumas carreiras ainda podem incorporar gratificações após o servidor permanecer determinado tempo mínimo num cargo ou função, o que não será mais permitido na nova estrutura.

4 de setembro de 2020 às 1:33

Jornalistas Gustavo Farache e Erika Zuza anunciam mais um curso online com dicas de comunicação para candidatos [0] Comentários | Deixe seu comentário.

Reforçando aqui a dica para quem é candidato e quer estar bem 'na foto' nas redes sociais.

Os jornalistas Gustavo Farache e Erika Zuza estão com um workshop on-line prontinho para orientar, inspirar e ajudar o candidato ou assessor no desenvolvimento da comunicação oral e digital através dos veículos de imprensa e das suas redes sociais.

À frente da G7 Comunicação e da plataforma Papo de Mídias, os profissionais de comunicação prepararam o curso Mídia Training Eleitoral, e o que era presencial ganhou versão virtual, já aprovada pelas turmas que participaram em junho.

Com duração de três horas diárias, o curso será realizado nos dias 9 e 11 de setembro, das 19h às 22h, através da plataforma Zoom, com aulas gravadas.

As inscrições podem ser feitas através do link https://www.sympla.com.br/midia-training-eleitoral__939214

Dúvidas também podem ser tiradas pelos números de

whatsapp: (84) 99983-0905 e 98832 3964

captação de empresas e parceiros.

4 de setembro de 2020 às 1:16

Um afastamento harmônico.

João Maia visita o ministro Rogério Marinho para tratar de obras para o Rio Grande do Norte [0] Comentários | Deixe seu comentário.

setembro 2020

S T Q Q S S D

O deputado João Maia, aproveitando a maré favorável a estados e municípios no Ministério do Desenvolvimento Regional, fez uma visitinha ao conterrâneo Rogério Marinho.

1 2 3 4 5 6

7 8 9 10 11 12 13

4 de setembro de 2020 às 1:12

14 15 16 17 18 19 20

Respondaí - Pesquisa eleitoral: quem acredita? [0] Comentários | Deixe seu comentário.

21 22 23 24 25 26 27

28 29 30

Do #Respondaí no storie do instagram @blogthaisagalvao que vai perguntando aos e-leitores sobre política e o que mais interessar?

« ago

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Pesquisa eleitoral.

Quem acredita?

4 de setembro de 2020 às 0:42

Depois de declarar apoio à reeleição do prefeito Álvaro Dias, presidente do Avante Karla Veruska deixa o cargo no governo Fátima Bezerra [0] Comentários | Deixe seu comentário.

Presidente do Avante, que vai se coligar com o PSDB e apoiar a candidatura à reeleição do prefeito de Natal, Álvaro Dias, Karla Veruska achou por bem entregar o cargo que ocupava no governo Fátima Bezerra.

Nesta quinta-feira, Karla, que vinha atuando na gestão estadual como subsecretária de da Sethas, entregou uma carta com o pedido de exoneração, pessoalmente à governadora.

Na carta Karla destacou seu trabalho à frente do Sine, quando foram realizadas mudança nas estruturas e na